

# crimes contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## = PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO =

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Peculato	<b>Apropriar-se</b> o funcionário público de dinheiro/valor/bem móvel público ou particular de que tem posse <b>em razão do cargo</b> , ou <b>desviá-lo</b> em proveito próprio ou alheio	Reclusão (2 a 12 anos) <b>e multa</b>	<b>Particular</b> pode cometer peculato se em <b>curso de pessoas</b> com funcionário público (Desde que saiba dessa condição)
Peculato culposo	<b>Concorrer</b> culposamente o funcionário para o <b>crime de outrem</b>	Detenção (3 meses a 1 ano)	Se a <b>reparação</b> do dano <b>precede</b> a sentença, <b>extingue</b> a punibilidade. Se <b>posterior</b> , reduz de <b>metade</b> a pena
Peculato mediante erro de outrem	<b>Apropriar-se</b> de dinheiro/outra utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem	Reclusão (1 a 4 anos) <b>e multa</b>	O agente <b>não</b> pode ter criado dolosamente a situação de erro (Seria estelionato )
Inserção de dados falsos em sistemas de informação	Pelo <b>funcionário</b> público <b>autorizado</b> <b>Com o fim de</b> obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano	Reclusão (2 a 12 anos) <b>e multa</b>	Exige o <b>dolo específico</b> (Com o fim de...)
Modificação não autorizada em sistemas de informação	Modificar/alterar <b>sistema de informação</b> ou <b>programa de informática sem autorização</b> ou solicitação da autoridade competente	Detenção (3 meses a 2 anos) <b>e multa</b>	Por <b>funcionário</b> público não <b>autorizado</b>
	Se da modificação resulta <b>dano</b> para a <b>Administração Pública</b> ou para o <b>administrado</b>	Aumentada de <b>1/3 à metade</b>	
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou	Pelo funcionário público que tem <b>posse</b> em razão do cargo	Reclusão (1 a 4 anos) Se o fato <b>não</b> constitui crime <b>mais grave</b>	

# crimes contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## = PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO =

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	Dar às verbas/rendas públicas <b>destinação diversa</b> da estabelecida em lei	Detenção (1 a 3 meses) <b>ou</b> multa	No caso de <b>prefeito municipal</b> , aplica-se o Decreto-lei 201/67
Concussão (Lei 13.964/2019)	<b>Exigir</b> vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela	Reclusão (2 a 12 anos) <b>e</b> multa (Lei 13.964/2019)	Se o agente <b>ameaça</b> praticar um mal à vítima <b>não relacionado</b> às atribuições do cargo = <b>extorsão</b>
Excesso de exação	<b>Exigir</b> o funcionário público <b>tributo</b> ou contribuição social que sabe/deveria saber <b>indevido</b> , ou, quando devido, emprega na cobrança <b>meio vexatório</b> ou gravoso, que a lei não autoriza	Reclusão (3 a 8 anos) <b>e</b> multa	
	Se o funcionário público <b>desvia</b> , em proveito próprio ou alheio, o que recebeu indevidamente	Reclusão (2 a 12 anos) <b>e</b> multa	
Corrupção passiva	<b>Solicitar</b> ou <b>receber</b> vantagem indevida ou <b>aceitar promessa de vantagem</b> , para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela	Reclusão (2 a 12 anos) <b>e</b> multa	"Solicitar ou <b>aceitar promessa</b> " = crime formal "Receber" = crime material
	Se em <b>consequência</b> da <b>vantagem</b> /promessa, o funcionário público retarda/omite/pratica o ato	Aumentada de <b>1/3</b>	
Corrupção passiva privilegiada	Se o funcionário retarda/omite/pratica o ato infringindo dever funcional <b>cedendo</b> a <b>pedido</b> ou	Detenção (3 meses a 1 ano) <b>ou</b> multa	É crime <b>material</b>

# crimes contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA = PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO =

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Facilitação de contrabando e descaminho	Com infração de <b>dever funcional</b>	Reclusão (3 a 8 anos) <b>e multa</b>	Por funcionário que <b>tem função de evitar</b> contrabando e descaminho
Prevaricação	<b>Retardar</b> ou <b>deixar</b> de <b>praticar</b> , indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer <b>interesse ou sentimento pessoal</b>	Detenção (3 meses a 1 ano) <b>e multa</b>	<b>Diferente</b> da corrupção passiva privilegiada → <b>não</b> há pedido ou influência de outrem. Exige o <b>dolo específico</b>
Prevaricação imprópria	Deixar o <b>diretor de penitenciária</b> e/ou agente público de cumprir seu dever de <b>vedar ao preso</b> o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita comunicação com outros presos ou ambiente externo	Detenção (3 meses a 1 ano)	<b>Não</b> se exige o <b>dolo específico</b> <b>Não</b> se admite <b>tentativa</b> (Conduta omissiva própria)
Condescendência criminosa	Deixar o funcionário público, <b>por indulgência</b> , de responsabilizar <b>subordinado</b> que cometeu <b>infração</b> ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.	Detenção (15 dias a 1 mês) <b>ou multa</b>	Por <b>superior hierárquico</b> (Entendimento majoritário) Se por outro <b>motivo</b> que não por indulgência, <b>não</b> se configura o crime
Advocacia administrativa	<b>Patrocinar</b> , direta ou indiretamente, <b>interesse</b> privado perante a Administração Pública, <b>valendo-se</b> da qualidade de funcionário	Detenção (1 a 3 meses) <b>ou multa</b>	Forma <b>simples</b> do crime (Interesse legítimo)
	Se o interesse é <b>ilegítimo</b>	Detenção (3 meses a 1 ano) <b>e multa</b>	Forma <b>qualificada</b> do crime

# crimes contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## = PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO =

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Violência arbitrária	Praticar <b>violência</b> no exercício da função, ou a pretexto de exercê-la	Detenção (6 meses a 3 anos) <b>+</b> pena da violência	<b>Não</b> se exige que o agente esteja em horário de trabalho ou dentro da repartição
Abandono de função	Abandonar cargo público	Detenção (15 dias a 1 mês) <b>ou</b> multa	O exercício do <b>direito de greve não</b> pode ensejar esse crime.  Pode ocorrer o abandono se o servidor <b>comparecer</b> à repartição, mas <b>se recusar</b> a trabalhar
	Se resultar <b>prejuízo</b> público	Detenção (3 meses a 1 ano) <b>e</b> multa	
	Se na faixa de <b>fronteira</b>	Detenção (1 a 3 anos) <b>e</b> multa	
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	<b>Entrar antes</b> de satisfeitas as exigências legais <b>ou continuar após</b> saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso	Detenção (15 dias a 1 mês) <b>ou</b> multa	Se o agente <b>não</b> tem qualquer vínculo → é usurpação de função pública
Violação de sigilo funcional	<b>Revelar/facilitar</b> a revelação de que tenha ciência em razão do cargo e que deva permanecer em <b>segredo</b>	Detenção (6 meses a 2 anos) <b>ou</b> multa se o fato não constitui crime mais grave	
	Se resultar <b>dano</b> à Administração	Reclusão (2 a 6 anos) <b>e</b> multa	